

INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA E EDUCAÇÃO: O PLANO TRIENAL DE EDUCAÇÃO PARA O MERCOSUL

Dorivaldo Walmor Poletto*

1 – INTRODUÇÃO

Os movimentos de integração, na sua origem, são induzidos a partir de determinados interesses econômicos. A assertiva vale tanto para a experiência de união européia, em estágio mais avançado, como para as propostas de integração formuladas, ao longo do tempo, na América Latina. O objetivo inicial, em todos os casos, é estabelecer áreas de livre comércio entre países ou criar mercados comuns.

Não é, pois, de estranhar que, em um primeiro momento, o debate sobre a integração se limite aos seus aspectos econômicos ou comerciais. Aos poucos, as análises vão incorporando outros aspectos pertinentes à questão da integração, com a finalidade de formular uma visão mais abrangente do processo.

O tratado de Assunção que, em março de 1991, constituiu o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) logicamente não faz nenhuma referência ao papel da educação neste novo projeto de integração na América Latina. Seu propósito foi o de projetar a formação de um mercado comum entre quatro países. No seu Anexo V, o Tratado criou os dez primeiros subgrupos de trabalho para áreas ou setores de interesse estratégico para a integração regional; nenhum dos subgrupos de trabalho, porém, contempla o setor da educação.

* Doutor em Ciências Sociais, Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Professor dos Cursos de Pos-Graduação em História e em Educação da PUCRS.

Em 13 de dezembro de 1991, o tema educação começa a fazer, oficialmente, parte do debate sobre a integração. Os Ministros da Educação dos quatro países membros do MERCOSUL formalizaram, em Brasília, um Protocolo de Intenções relativo à necessidade de se buscar uma integração também em matéria de educação. Nesse Protocolo de Intenções, os ministros assinalam que a educação deverá ter um papel fundamental na consolidação e no desenvolvimento da integração regional.

Na mesma oportunidade, os ministros decidiram criar uma Comissão de Educação destinada a tomar medidas para efetivar a integração dos sistemas educativos dos quatro países partes do MERCOSUL. A Comissão seria formada pelos próprios ministros dos respectivos países e reunir-se-ia de seis em seis meses.

Efetivamente, em junho de 1992, os ministros da educação do MERCOSUL se reuniram em Buenos Aires. Na ocasião, promulgaram o Plano Trienal para a educação do processo de integração no âmbito do MERCOSUL. O Plano foi aprovado, ao final do mesmo mês, durante a segunda reunião do Conselho do Mercado Comum, em Las Leñas, Argentina.

Nosso objetivo, neste trabalho, é fazer alguns comentários sobre os aspectos conjunturais do Plano Trienal como pré-requisito para torná-lo compreensível em seu conteúdo programático.

2 – OS TEMAS-CHAVE DA CONJUNTURA

O Plano Trienal para o setor da educação no processo de integração do MERCOSUL não tem o propósito de abordar e discutir os grandes temas da educação contemporânea latino-americana, muito embora as grandes questões educacionais, hoje em foco, estejam, de alguma forma, presentes ao longo do breve texto.

A interpretação correta da proposta de educação contida no plano passa necessariamente por uma análise preliminar dos aspectos conjunturais, a partir dos quais ela foi definida e elaborada. É por esse ângulo que deve começar uma leitura do conteúdo do documento educacional em questão.

O aspecto conjuntural transparece no texto do plano em palavras-chave como: globalização, regionalização, revolução técnico-científica, desenvolvimento, processo de integração regional e democracia. E em

função desses temas que o projeto de educação do plano se torna inteligível e, por isso, necessária uma abordagem, ainda que sumária, desses grandes temas conjunturais mostrando suas vinculações com a educação. A este respeito, o texto do Plano Trienal é bem explícito ao afirmar que "existe um consenso em reconhecer que a educação terá um papel central nas estratégias de desenvolvimento dos países latino-americanos, para enfrentar os desafios postos pelo avanço da revolução científico-tecnológica, na transformação produtiva, na democratização e nos processos de integração continental" (p. 93).

A atual ordem mundial está desencadeando um duplo movimento, a saber, os processos de globalização e de regionalização. A tendência de globalização da economia internacional já pode ser percebida em vários setores. Importante talvez seja assinalar que ela não se reduz apenas às atividades econômicas, mas que na condição de um fenômeno se torna capaz de afetar todas as dimensões da vida humana. Assim, as novas condições sociais decorrentes da globalização reforçam, por exemplo, as preocupações com a educação visto que a formação do cidadão, em geral, para essa nova ordem mundial e qualificação dos recursos humanos, em particular, são, hoje, consideradas fundamentais para o bom desempenho e para a competitividade externa de uma economia (CEPAL, 1992a, p. 68). De acordo com o Plano: "o incremento de todos os níveis educativos e formativos da população economicamente ativa constitui uma das bases essenciais do incremento dos níveis de produtividade das economias, da melhoria da qualidade dos bens e serviços produzidos e, portanto, de uma posição mais competitiva e vantajosa nos mercados mundiais". E acrescenta: "o novo paradigma produtivo requer de forma crescente recursos humanos com sólida formação geral, que permita, ao mesmo tempo, pensar e executar. Neste sentido, a educação básica de todos os cidadãos se torna uma condição decisiva para o crescimento e para a competitividade das nações" (p. 94).

O processo de regionalização esconde significados e impactos variados. O que se observa, de imediato, é que esse movimento está conduzindo diferentes nações em todos os continentes do planeta a constituírem blocos geopolítico-econômicos. Um dos efeitos dessa conjuntura será o estabelecimento de um novo sistema de poder ou uma nova correlação de forças no âmbito mundial.

Os quatro países signatários do Tratado de Assunção, percebendo essa nova configuração mundial, consideram a formação de um grande

espaço econômico (MERCOSUL) como uma forma da região se inserir adequadamente na nova ordem internacional.

Porém, mais do que um mero espaço econômico comum, o processo de integração almeja a formação de uma comunidade. A par das peculiaridades de cada cultura nacional dos países que formam o MERCOSUL e de suas relações conflitivas existe, entre eles, uma trajetória histórica comum observável sob múltiplos e variados aspectos e um crescente sistema de interações integrativas, o que permite alicerçar uma comunidade de povos. E "esta comunidade de povos deve recriar suas potencialidades para alcançar um peso significativo no âmbito internacional, principalmente no marco do novo mapa geopolítico que está se desenhando" (Plano Trienal, p. 94).

Não há como negar que a força propulsora da economia mundial é o crescente desenvolvimento científico-tecnológico que ela, constantemente, incorpora. Consta-se, assim, uma relação muito estreita entre o desenvolvimento científico, o progresso tecnológico e sua aplicação nas variadas atividades econômicas. Desta forma, a produção e a acumulação de conhecimentos científicos e tecnológicos se tornam condições indispensáveis para o desenvolvimento de uma nação. Não é, pois, sem razão que a CEPAL adota como núcleo central de seu ideário a tese de que a incorporação e a difusão do progresso técnico constituem, para a América Latina, a mola-mestre do desenvolvimento econômico, da competitividade, da democratização e da equidade social (CEPAL, 1992, p. 15). Por outro lado, a mesma comissão reconhece que "a inserção da América Latina no cenário mundial de geração e utilização de conhecimentos continua sendo extremamente precária" (idem, p. 64).

Para sanar essa deficiência o Plano Trienal recomenda "o estabelecimento de uma nova aliança entre o setor educativo e o setor produtivo. É este o chamado da hora presente diante dos processos de reconversão competitiva nos quais estão engajados os países da área" (p. 93). Este novo tipo de relação entre educação e produção "exige assegurar uma apropriação generalizada e igualitária do conhecimento científico e tecnológico, o que somente é possível se o sistema educacional incorporar as inovações neste campo e as transmitir de forma eficiente a toda a sociedade. Se requer que a educação crie nos indivíduos conhecimentos, atitudes, valores e competências conducentes à apropriação das inovações científico-tecnológicas" (ibidem).

Ao mesmo tempo que se dá conta de sua indigência, a América Latina toma consciência que necessita avançar rápida e urgentemente no

acesso, na incorporação e na difusão do progresso científico-tecnológico em todos os seus setores de atividade.

A satisfação dessa necessidade fundamental implica, entre outras medidas, em uma adequada política em ciência e tecnologia, em aportes de recursos para a pesquisa e na mudança dos estilos educacionais da região a fim de que possam atender as demandas de um novo modelo de desenvolvimento baseado na revolução científico-tecnológica.

Constata-se, de outra parte, que cada país tomado isoladamente parece não reunir as condições indispensáveis para dar um salto qualitativo em matéria de ciência e tecnologia. Por essa razão em todos os diálogos interlatinoamericanos e, particularmente, em todas as propostas de integração regional estão imbutidas linhas ou programas de cooperação nessa matéria estabelecendo, inclusive, áreas prioritárias de intercâmbio ou de cooperação no domínio científico-tecnológico. Um esforço comum ou regional está sendo realizado visando o aprimoramento científico-tecnológico entre os países membros. Na avaliação da CEPAL "o esforço que há de realizar a região em matéria de educação, de capacitação da mão-de-obra e de desenvolvimento científico e tecnológico é de grande magnitude em face da escassez das condições de financiamentos" (p. 194).

O novo modelo de desenvolvimento ao qual o plano se refere parece representar uma atualização do conceito de desenvolvimento na região. Até então, na América Latina, se sustenta a idéia do "desenvolvimento auto-sustentado". Agora começa a se difundir a concepção de "desenvolvimento com equidade". É, fundamentalmente, a reconhecida situação social injusta em que vivem os povos latinoamericanos que levou a um reenfoque do conceito e da direção do processo de desenvolvimento.

O processo de integração regional, revigorado com a criação do MERCOSUL, tem como propósito fundamental, sempre reafirmado, acelerar esse modelo de desenvolvimento baseado na justiça social, na democracia e na participação efetiva de todos os cidadãos.

Para acompanhar os processos de integração e de desenvolvimento, o Plano considera que será necessário "definir profundas mudanças nos estilos tradicionais de ação educativa, a fim de responder as demandas de um novo modelo de desenvolvimento baseado na conquista de altos níveis de competitividade externa e na justiça social num contexto democrático e crescentemente participativo" (p. 93). Mais, "isto supõe, afirma o Plano, realizar profundas transformações internas e estabelecer planos e programas regionais em matéria de educação, capazes de

legitimar e dar continuidade às novas políticas e estratégias num contexto de integração regional" (p. 93).

Essa reforma ou mudança institucional proposta busca a realização de dois grandes objetivos: a formação de uma consciência cidadã favorável à integração e o avanço na conquista da competitividade externa dos países da região.

Outro aspecto conjuntural que serve de balizador do Plano Trienal é o tema democracia. Este vem sendo afirmado como um dos objetivos básicos a ser alcançado na América Latina desde a segunda metade dos anos de 1980 quando o Brasil e a Argentina se propuseram a estabelecer um programa de integração e de cooperação, ponto de partida da criação do MERCOSUL. A democracia, nesse contexto, foi definida num sentido amplo, isto é, "como sistema de governo e como modo de vida".

O Plano Trienal defende a universalização do acesso à educação como um dos pressupostos para a constituição de uma sociedade democrática.

Mesmo antes de uma análise específica do seu conteúdo é possível afirmar, como conclusão preliminar, que o Plano Trienal se afina com o discurso modernizante, hoje em voga.

BIBLIOGRAFIA

- Plan Trienal para el Sector Educación en el Proceso de integración del MERCOSUR. In: *Integración Latinoamericana – INTAL*. Buenos Aires, año 17, n. 180, Julio 1992 p. 92-97.
- Comision Economica para América Latina y Caribe. UNESCO: Oficina Regional de Educación para América Latina y Caribe – Educación Y Conocimiento: Eje de la transformación Productiva con Equidad – Santiago de Chile, 1992.
- Comision Economica para América Latina y Caribe – Transforción Productive con Equidad, Santiago de Chile, 1990.
- Comision Economica para América Latina y Caribe (CEPAL) – Equidad y Transformación Productiva: Un Enfoque Integrado, Santiago de Chile, 1992.